



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Campus Cuiabá

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

Elaborado conforme Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022

Cuiabá-MT, 19 de novembro de 2024

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo SUAP: [23194.002601.2023-27](#)

Demandante: Gerência de Manutenção e Logística (GML)

Responsável: Ana Tais Goes Freitas (3253647)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para modernização da infraestrutura de rede lógica/cabeamento estruturado do IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva

Fundamentação Legal: Lei nº. 14.133/21

Classificação do objeto: Serviço de Engenharia

Modalidade: Pregão Eletrônico

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

2.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

2.1.1. O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (**X**) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

2.1.1.1. A lei nº 14.133/21, em seu art. 6º, XXI, versa:

"XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados".

2.1.1.2. A Orientação Técnica nº. 02/2009 do IBRAOP, no item 4, define serviço de engenharia como:

*"Toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: **consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir**. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento."*

2.1.1.3. A Orientação Técnica nº. 02/2009 do IBRAOP, no item 6, define a relação de atividades que atendem à definição estabelecida no item 4, incluindo-se aqui: *"conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparo, adaptação, manutenção nas atividades desenvolvidas em sistemas de telefonia e comunicação de dados", que é o objeto dessa contratação.*

2.2. Classificação como serviço comum ou especial

2.2.1. O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (**X**) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

2.2.1.1. A lei nº 14.133/21, em seu art. 6º, XXI, inciso a, versa:

*"a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, **objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade**, de manutenção, de adequação e de adaptação*

de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;"

2.2.2. Portanto, o objeto dessa licitação enquadra-se como serviço comum de engenharia, uma vez que, pode ser objetivamente padronizável em termos de desempenho e qualidade e trata-se de adequação de um sistema predial já existente, por meio da realização das devidas atualizações através da incorporação de novos materiais que visam o aumento da vida útil, além da melhoria da eficiência operacional.

3. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

- I - (☒) empreitada por preço unitário
- II - (☐) empreitada por preço global
- III - (☐) empreitada integral
- IV - (☐) contratação por tarefa
- V - (☐) contratação integrada
- VI - (☐) contratação semi-integrada
- VII - (☐) fornecimento e prestação de serviço associado

3.2. Sob a seguinte justificativa:

3.1.1. A lei nº 14.133/21, em seu art. 6º, XXVIII, a, versa:

"XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;"

3.1.2. A empreitada por preço unitário é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

4. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

4.1. No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☒) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☐) RRT ou (☐) TRT.

4.1.1. As **Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's** e **Registro de Responsabilidade Técnica - RRT's** serão juntadas aos autos do processo nº. [23194.002601.2023-27](#) posteriormente.

5. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

5.1. Na presente licitação:

- I - (☐) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;
- II - (☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;
- III - (☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

5.2. No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

- I - (☒) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:
- II - (☒) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção);
- III - (☐) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):
- IV - (☐) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)

5.3. A LEI nº 14.333, artº 23, § 2º, I, versa:

"§2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;"

5.4. Assim, padronizou-se a utilização dos custos unitários do SINAPI.

5.5. Porém, há serviços que não possuem custos unitários na base SINAPI. Assim, utilizou-se referenciais oficiais externos ao SINAPI, admitindo os que melhores moldam-se as peculiaridades locais, inclusive quanto aos coeficientes de serviço.

5.6. Nos casos que não possuem composições em bases oficiais, seguindo o preconizado no artº 6º e 8º do Decreto nº 7.983/13, utilizou-se a pesquisa de mercado com no mínimo 3 (três) fornecedores diretos. Então, criou-se composições utilizando composições de serviço correlatas do SINAPI e substitui apenas o insumo material.

6. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

6.1. No orçamento da presente obra ou serviço:

- I - (☒) foi/foram juntadas a(s) (☒) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☒) planilha(s) analítica(s)
 II - (☐) NÃO foi/foram juntadas a(s) (☐) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☐) planilha(s) analítica(s).

6.2. O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

- I - (☐) consta nos autos.
 II - (☒) NÃO consta nos autos.

6.2.1. A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa à planilha orçamentária será juntadas aos autos do processo nº. [23194.002601.2023-27](#) posteriormente.

6.3. Na presente licitação:

- I - (☒) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).
 II - (☐) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6.3.1. Na presente licitação foram utilizadas as tabelas:

6.3.1.1. SINAPI - 08/204 - Mato Grosso

6.3.1.2. ORSE - 08/2024 - Sergipe

7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

7.1. No orçamento de referência da presente licitação:

- I - (☒) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do **SINAPI, sem adaptações**;
 II - (☒) foram adotadas composições **"adaptadas" do SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;
 III - (☒) foram adotadas composições **"próprias", extraídas de fontes extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

8. CUSTOS DIRETOS

8.1. No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

8.2. Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

- I - (☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

II - () adota o parâmetro do () 1º quartil ou (**X**) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

III - () adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

8.3. Em relação ao cronograma físico-financeiro:

I - (**X**) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

II - () NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

9. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

9.1 Na presente licitação:

I - (**X**) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (**X**) INSUMOS e (**X**) SERVIÇOS.

II - () NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

10. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

10.1. Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (**X**) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.

11. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

11.1. Na presente licitação, o detalhamento do BDI:

I - (**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

11.2. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

I - Administração central: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

II - Seguro e garantia: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

III - Risco: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

IV - Despesa financeira: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

V - Lucro: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

12. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

12.1. Na presente licitação, () SERÁ ou (**X**) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

12.2. Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

I - () foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

II - () foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

III - () foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

13. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1. O cronograma físico-financeiro:

I - () FOI juntado aos autos

II - (**X**) NÃO foi juntado aos autos, visto que, trata-se de uma contratação por itens, a execução das

“unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados.

14. PROJETO EXECUTIVO

I - () FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

II - (**X**) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (**X**) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Registro da empresa no conselho profissional

15.1.1. Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (**X**) CREA e/ou ao (**X**) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

15.1.1.1. A contratação em tela é enquadrada como obra de engenharia, conforme explicado no item 2 acima, portanto é um serviço restrito a engenheiros e arquitetos. Portanto a empresa necessita possuir registro junto ao CREA e/ou CAU.

15.2. Capacidade técnico-operacional

15.2.1. Na presente licitação:

I - () serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

II - (**X**) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

a) Fornecimento e instalação de Cabo Óptico com 24F para uso interno: 250 (duzentos e cinquenta) metros;

b) Fornecimento e instalação de Distribuidor Interno Óptico completo 24F: 10 (dez) DIO's completos; e

c) Certificação de Cabeamento Óptico: 48 (quarenta e oito) fibras.

15.3. Possibilidade de somatório de atestados

15.3.1. Na presente licitação, será (**X**) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica.

15.4. Capacidade técnico-profissional

15.4.1. Na presente licitação:

I - () NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

II - (**X**) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

"Possuir no quadro permanente da empresa, como responsável técnico, 01 (um) Engenheiro Eletricista ou 01 (um) Engenheiro de Comunicação/Telecomunicação, o qual será o(s) responsável técnico e assumirá pessoal e diretamente a supervisão dos serviços contratados, devendo possuir registro em entidade profissional competente e ser detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA, comprovando estar apto ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966".

III - () SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

15.5. Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

15.5.1. Na presente licitação, (**X**) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

"Possuir no quadro permanente da empresa, como responsável técnico, 01 (um) Engenheiro Eletricista ou 01 (um) Engenheiro de Comunicação/Telecomunicação, o qual será o(s) responsável técnico e assumirá pessoal e diretamente a supervisão dos serviços contratados, devendo possuir registro em entidade profissional competente e ser detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA, comprovando estar apto ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966".

16. VISTORIA

16.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será (**X**) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (**X**) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. O órgão assessorado (**X**) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

17.1.1. Os itens passíveis de subcontratação encontram-se elencados no item 4.3 do Termo de Referência (TERMO Nº 2/2024 - CBA-DAP/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT) por serem prestados por empresas especializadas, visando ao ganho de eficiência, qualidade e tempo das construções.

18. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

18.1. Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (**X**) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de () por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

18.2. Na presente licitação, optou-se por manter as exigências alinhadas aos modelos padrões da AGU, conforme detalhado no tópico 16.2 e seus subitens.

I - Sobre o critério financeiro estabelecido: "As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente."

II - Tal exigência não possui caráter restritivo à competitividade. Pelo contrário, visa assegurar que as licitantes possuam robustez financeira adequada para um empreendimento da magnitude proposta. A determinação de critérios financeiros é essencial para garantir que a empresa vencedora tenha a capacidade econômica necessária para cumprir suas obrigações contratuais sem interrupções ou comprometimentos.

III - A não exigência de tais critérios poderia atrair para o processo licitatório empresas sem a capacidade financeira adequada para gerenciar uma obra do porte da contratação proposta. Portanto, a definição desses requisitos visa proteger o interesse público, assegurando a conclusão bem-sucedida do projeto e a otimização dos recursos públicos investidos.

19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

19.1. Na presente licitação, será

I - () PERMITIDA a participação de consórcios. (Não é necessário justificar)

II - (**X**) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

19.2. O objeto da contratação não apresenta alta complexidade técnica e não se caracteriza como obra de grande vulto para que haja a previsão de consórcio.

20. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

20.1. Na presente licitação, será (☒) VEDADA ou (☐) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

20.1.1. A atividade para o objeto em análise no certame licitatório em foco não dá margem à autonomia da Contratada, bem como dos seus "associados", visto que, o Termo de Referência, o qual baliza a presente intenção de contratação, define com precisão, através de seus elementos constitutivos, todas as características, especificações, e as quantidades de serviços e custos e tempo necessários elaboração dos projetos. Ou seja, a Administração impõe à Contratada e, em consequência, a todo seu quadro de funcionários quando e quantos envolvidos na empreitada, dentre outras coisas, o que e como deve ser feita as atividades necessárias a materialização do objeto em tela. Além disso, aquilo que for proposto por aquela entidade privada, se não estiver previsto ou no caso de contrariar o Termo de Referência, tem de ser, necessariamente, aprovado pela Administração. Portanto, não há de se falar em autonomia da Contratada.

20.1.2. Além disso, obras e serviços de engenharia se caracterizam por uma forte subordinação, nos mais diversos níveis profissionais, sejam de naturezas técnica ou administrativa.

20.1.3. Por fim, cabe destacar que também a habitualidade é intrínseca às necessidades práticas para execução da empreitada, o que impõe essa caracterização na relação dos funcionários e da respectiva contratada para o tipo de empreendimento em tela. Observa-se que o trabalho deve ser prestado com habitualidade, posto que aquele que presta serviços eventualmente não é empregado.

20.2. Portanto, pelos motivos expostos a presente vedação à contratação de cooperativas tem por objetivo evitar a descontinuidade do certame licitatório, evitando desta forma, possíveis riscos a qualidade e a finalização do objeto contratado.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. Na presente licitação, será (☒) EXIGIDA ou (☐) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

21.1.1. Por tratar-se de contratação com valor razoável e que tem o intuito de precaver a administração pública do atraso ou não execução do serviço.

22. DA SUSTENTABILIDADE

22.1. No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

I - (☒) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

II - (☒) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

III - (☒) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

IV - (☒) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

22.2. Além disso, os requisitos de sustentabilidade estão elencados item 4 do Termo de Referência da Contratação.

23. OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Na presente licitação, o sistema de registro de preços (☒) FOI ou (☐) NÃO FOI adotado.

23.1.1. Em caso de resposta positiva, o enquadramento do registro de preços se dá no inciso (☒) I ou (☒) II ou (☒) III ou (☐) IV ou (☒) V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, com base na seguinte motivação:

23.1.1.1. A adoção do sistema de registro de preços baseia-se nas seguintes hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, o sistema de registro de preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou

frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

23.1.1.2. Para tanto, esse processo de contratação atendeu aos requisitos do parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, o qual trás como requisito para a adoção do SRP a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, os seguintes itens:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado".

23. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

ANA TAIS GOES FREITAS

Engenheira Civil | Gerente de Manutenção e Logística

Matrícula SIAPE nº. 3253647

E-mail: tais.goes@ifmt.edu.br

Telefone: (65) 3318-1430

TONY INACIO DA SILVA

Engenheiro Eletricista | Professor EBTT

Matrícula SIAPE nº. 1545709

E-mail: tony.silva@ifmt.edu.br

Telefone: (65) 3318-1430

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ana Tais Goes Freitas**, Gerente de Manutenção e Logística - CD0004 - CBA-GML, em 19/11/2024 17:48:32.
- **Tony Inacio da Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/11/2024 13:15:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 749697

Código de Autenticação: de291d8251

